



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 057/058

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 057

48ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ato do Presidente.....	02
Mesa Executiva	03
Presenças	04
Abertura da Sessão	04
Homenagem aos Srs. Sayyed Bilal	
Wehbe e Ismail Sukkariyyah.....	04
Proponente:	
Dep. Marcos Isfer.....	04
Realização da Homenagem.....	05
Expediente:	
Proposta de Emenda Constitucion.	05
Indicações	07
Questão de Ordem	07
Requerimentos	07
Projetos de Lei	10
Pequeno Expediente:	
Dep. Neivo Beraldin	11
Dep. Tadeu Veneri.....	12
Dep. Barbosa Neto.....	14
Dep. Elton Carlos Welter	15
Grande Expediente:	
Sr. Mário Messagi Júnior - Pres. do	
Sindic. dos Jornalistas Prof. do PR	15
Ordem do Dia:	

Leitura do Expediente	16
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	17
2ª Discussão	17
1ª Discussão	17
Requerimentos	18
Explicações Pessoais	
Dep. Natálio Stica.....	18
Encerramento da Sessão	19

DIÁRIO Nº 058

49ª SESSÃO ORDINÁRIA

Mesa Executiva.....	20
Presenças.....	20
Abertura da Sessão	20
Expediente:	
Representação ao Conselho de	
Ética e Decoro Parlamentar	20
Requerimentos.....	22
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	24
Discussão / Votação:	
Redação Final	24
1ª Discussão	24
Encerramento da Sessão	25

DIÁRIO Nº 057**48ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Ato do Presidente	02
Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	04
Abertura da Sessão	04
Homenagem aos Srs. Sayyed Bilal Wehbe e Ismail Sukkariyyah	04
Proponente:	
Dep. Marcos Isfer	04
Realização da Homenagem	05
Expediente:	
Proposta de Emenda Constitucion..	05
Indicações	07
Questão de Ordem	07
Requerimentos	07
Projetos de Lei.....	10
Pequeno Expediente:	
Dep. Neivo Beraldin	11
Dep. Tadeu Veneri	12
Dep. Barbosa Neto	14
Dep. Elton Carlos Welter.....	15
Grande Expediente:	
Sr. Mário Messagi Júnior - Pres. do Sindic. dos Jornalistas Prof. do PR.	15
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	16
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	17
2ª Discussão	17
1ª Discussão	17
Requerimentos	18
Explicações Pessoais	
Dep. Natálio Stica.....	18
Encerramento da Sessão	19

Ato do Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 003/06

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XIII do Artigo 20 do Regimento Interno,

D E C L A R A :

constituída a Frente Parlamentar de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, sob a presidência da Deputada Elza Correia, composta pelas Sras. Deputadas Arlete Caramês, Cida Borghetti e Luciana Rafagnin, que atuarão no Conselho da Frente e Deputados indicados pelas Lideranças Partidárias, objetivando a prevenção e denúncia contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 24.05.06.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

DIÁRIO Nº 057**48ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE MAIO DE 2006**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Chico Noroeste.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, e Waldir Leite (38). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elza Correia, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Padre Paulo Campos e Vanderlei Iensen (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Homenagem aos Srs. Sayyed Bilal Wehbe e Ismail Sukkariyyah

Por solicitação do Deputado Marcos Isfer e aprovada por esta casa de Leis, faremos neste início da Sessão, a entrega de votos de louvor ao Sr. Sayyed Bilal Wehbe, pelo brilhante trabalho junto à República Libanesa como liderança religiosa e ao Deputado Federal do Líbano, Sr. Ismail Sukkariyyah, pelo trabalho desenvolvido junto à Câmara dos Deputados da República Libanesa estreitando laços entre o Brasil e o Líbano.

Autor da Proposição:

Para saudar os nossos homenageados tenho a honra de conceder a palavra ao Deputado Marcos Isfer.

Deputado Marcos Isfer

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Utilizo esta tribuna hoje para prestar uma homenagem ao nosso colega, Deputado Federal e membro da Comissão Parlamentar de Saúde, Ismail Sukkariyyah,

representante do Parlamento Libanês e sua eminência Sayyed Bilal Wehbe.

O país do cedro hoje se faz representar neste Parlamento por estes ilustres representantes a quem agradecemos a visita.

O Líbano é o berço da minha família que ajudou a construir, na edificação da própria vida, a cidade de Curitiba. Construção essa que se iniciou em Isbail, no Líbano, quando meu bisavô Jorge Antônio, aos dezesseis anos se casou com Chaide Antônio, ela, a "vó Rosa", então com dezoito anos. Chegaram ao Brasil no final de 1895 e, em 10 de fevereiro de 1896, nasceu-lhes o primogênito Abib, meu avô, um carioca concebido no Líbano.

A família fixou residência em Juiz de Fora, em Minas Gerais, mas por pouco tempo, retornando para o Líbano, onde, em 1899, nasceu o segundo filho, Manoel Antônio, um libanês concebido em Minas Gerais.

No mesmo ano a família voltou ao Brasil, a Campo do Tenente no nosso Estado, mudando-se em seguida para Rio Negro. E os anos se passaram, e por isso conto parte da história de minha família, mostrando a todos como são fortes os laços que nos ligam ao distante Líbano.

Dos sete filhos do casal pioneiro, a Cidade de Curitiba foi o berço de aproximadamente trezentos Isfer, brasileiros com seus corações também libaneses.

Para completar esta homenagem é preciso falar do país Líbano. Desde a antiguidade, quando abrigou a civilização fenícia, o Líbano faz a ligação entre o Oriente e o Ocidente, em razão de sua localização, na costa leste do mar Mediterrâneo. As principais cidades do país, Beirute e Trípoli, ficam no litoral. A nação foi devastada pela longa guerra civil entre 1975 e 1990 e a reconstrução do país vem sendo feita lentamente com a ajuda ocidental, destacando-se a capital, Beirute, que começa a retomar o papel de importante centro turístico e financeiro no Oriente Médio.

O PIB libanês cresceu, em média, 7,7% ao ano na última década, uma das maiores taxas do mundo e hoje o país é considerado a "Nova América do Oriente".

Hoje, o país reúne dez bilhões de dólares em financiamentos internacionais e locais, a custos subsidiados, aguardando empreendedores que os destinem a projetos de infra-estrutura, turismo e entretenimento.

É preciso ressaltar ainda as relações de amizade entre o Brasil e o Líbano, que vem desde o início do século passado, quando em 1930 o Consulado Geral Brasileiro foi inaugurado no país, laços estes que foram estreitados em 1945, após a independência do país.

Na última década recebemos em nosso país as visitas do Primeiro Ministro Sr. Rafic Hariri em 1995; em 1996 recebemos o Presidente da Assembléia Nacional Libanesa, Sr. Nabih Berry e em 1997 o Presidente da República Libanesa, Sr. Elias Hraoui.

O Líbano é um dos países que, devido à imigração, contribuiu muito na formação da nação brasileira. A imigração teve início no final do século XIX, quando o

Imperador do Brasil, Dom Pedro II visitou o Líbano e atualmente, a presença do Líbano no Brasil é muito marcante, sendo que mais de 5% da população é de origem libanesa ou seja, são mais de seis milhões de habitantes, sendo que 10% dos Parlamentares brasileiros têm origem libanesa.

Os laços brasileiros no Líbano são extensos, tanto é que no Vale da Beca no leste do país, a maioria da população fala o português e hoje a comunidade brasileira chega a quase seis mil pessoas.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nosso agradecimento sincero ao Deputado Ismail Sukkariyyah, e a S. Ema. Sayyed Bilal Wehbe, que nos visitam hoje, e levam do Brasil uma singela homenagem

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela forma carinhosa como a Assembléia Legislativa recebeu este nosso companheiro do Parlamento Libanês, pela forma como nos foi distingüida toda a honra.

Muito obrigado aos nossos visitantes e a todos que nos ouviram.

Realização da Homenagem

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário para que proceda à leitura dos termos da moção a ser entregue aos nossos homenageados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)
(**Procede à leitura dos termos da moção**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Convido o Deputado Marcos Isfer para que proceda à entrega da moção aos homenageados.

O SR. MARCOS ISFER
(**Procede à entrega da moção**)

Encerramento da Homenagem

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Esta Presidência deseja expressar seu mais profundo agradecimento pela presença dos nossos homenageados e sua comitiva, que aqui comparecendo honram e dignificam o Poder Legislativo paranaense.

Suspendo a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

(**É suspensa a Sessão**)

(**Reaberta a Sessão**)

O SR. 2º SECRETÁRIO
Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Proposta de Emenda Constitucional

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º O artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 17. Fica vedada a nomeação, para cargo em comissão, de cônjuge, parente consanguíneo, por doação ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, no âmbito de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, indicados no artigo 7º desta Constituição, e das instituições do Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado:

I - do Governador, do Vice-Governador de Estado e dos Secretários de Estado;

II - do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;

III - dos Deputados Estaduais;

IV - dos Vereadores;

V - dos Conselheiros do Tribunal de Contas e Auditores Substitutos de Conselheiros do Tribunal de Contas;

VI - dos Desembargadores ou Juizes de Direito;

VII - dos Serventuários da Justiça, dos foros judicial e extrajudicial;

VIII - do Chefe do Ministério Público do Estado, Procuradores e Promotores de Justiça.

§ 18. É vedada a investidura das pessoas que possuam vínculos de parentesco, na forma indicada no *caput* do parágrafo 17, nos cargos de Secretário de Estado, de Secretário Municipal e de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

Apoiamento:

André Vargas, Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Elton Carlos Welter, José Domingos Scarpellini, Reni Pereira, Hermes Fonseca, Neivo Beraldin, Natálio Stica, Renato Gaúcho, Nelson Justus, Luiz Accorsi, Marcos Isfer, Luiz Carlos Martins, Pastor Edson Praczyk, Miltinho Pupio, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Cida Borghetti, Waldir Leite, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Ailton Araújo, Barbosa Neto, Luiz Fernandes da Silva Litro e 02 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

O Governador Roberto Requião encaminhou no

dia 23 de março de 2006, mensagem à Assembléia Legislativa, proposta de emenda constitucional (PEC) que visava ampliar a proibição da nomeação - em cargos comissionados no âmbito de qualquer dos poderes do Estado, dos municípios, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado - de cônjuges e parentes até segundo grau de todas as autoridades investidas em cargos públicos.

A mensagem encaminhada pelo Governador Roberto Requião considerava que a PEC 045/05, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, ainda em tramitação na Assembléia Legislativa, não inibia o que propõe combater.

A campanha anti-nepotismo tenta combater o empreguismo desenfreado que assola Prefeituras, Câmaras, Assembléias e Tribunais brasileiros. É evidente também que há casos onde o excesso é prova da má-fé. Mas, é pouco provável que o critério de confiança e competência terminasse por escolher exclusivamente parentes para os cargos. A sociedade exige uma tomada de posição já iniciada na órbita do Poder Judiciário que mesmo sem lei ou disposição constitucional, fez leitura correta do artigo 37 da Constituição Federal eliminando o nepotismo de seu meio através da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 07/05. O mesmo ocorreu no Ministério Público.

Agora é a vez do Executivo e do Legislativo. Não há como perder o momento histórico. Correta a posição do Governador Roberto Requião que na Mensagem nº 021, de 22 de março de 2006, dizia: Toda norma jurídica deve ter base moral e não simplesmente tentar coibir excessos. Não nomear parentes para cargos de confiança no serviço público me parece mais um bom conselho do que uma boa lei. Infelizmente, nem mesmo a legislação, às vezes, é capaz de substituir o bom senso.

E novamente invocando os fundamentos daquela mensagem: *“De outra parte, para que se fale, abstratamente, em combater o nepotismo, em seu conceito correto, no sentido de que é instrumento de patrocínio de violação aos princípios da impessoalidade e da eficiência da Administração Pública, entendo que o tema deva ser abordado em todas as esferas de Poder. (...)”*

Assim, a proposta de emenda que submeto a esta Casa de Leis é bem mais abrangente, no sentido de vedar a investidura em cargos em comissão de cônjuges, companheiros ou parentes consanguíneos, afim ou por adoção, em linha reta ou colateral, até o segundo grau dos agentes públicos que relaciona, no âmbito de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, indicados no artigo 7º desta Constituição, ou seja, o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como das instituições do Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado. Se o que se quer é, enfim, vedar a contratação pura e simples de parentes, que se faça isso em todas as esferas de Poder. A proposição visa também evitar a burla das disposições, mediante investidura recíproca entre os Poderes do Estado, Municípios e das instituições do

Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, pela indicação dos agentes públicos apontados nos incisos do parágrafo 17 da proposta de emenda, daquelas pessoas com laços de parentesco.”

Nossa proposição atualizando aquela, vai mais longe ainda, vedando a contratação até o terceiro grau inclusive. Por óbvio o número de tios e sobrinhos é muito maior do que o de irmãos, exigindo uma ação mais efetiva sobre o tema e alcançando aquilo que inclusive é contido na etimologia da palavra: etimologicamente, nepotismo deriva do latim *nepos*, *nepotis*, significando, respectivamente, neto, sobrinho. *Nepos* também indica os descendentes, a posteridade.

Da lavra do nobre professor Romeu Bacellar, autor de livros e titular da cadeira de Direito Administrativo na Universidade Federal do Paraná, a presente Emenda pode ter sua tramitação regular e nesta legislatura, tendo em vista que a PEC 45/05, em sua versão original ainda não foi votada, não afrontando o disposto no artigo 60, parágrafo 5º da CF/88.

No que se refere à constitucionalidade, o preenchimento do requisito exigido pelo inciso I do artigo 60 da Constituição Federal é inequívoco. Não ocorrem as hipóteses impeditivas no parágrafo 1º do supracitado artigo, tampouco se observa ofensa a qualquer das cláusulas pétreas arroladas no parágrafo 4º no mesmo artigo 60.

Melhor reflexão demanda a verificação de adequação da proposição ao parágrafo 5º do artigo 60 do Texto Constitucional, que reza: a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Do STF extraímos:

“Volto ao tema da rejeição do substitutivo, para dizer que tal rejeição não tem como consequência a rejeição da proposta de emenda. Uma coisa é diferente de outra. A proposta de emenda constitucional somente pode ser apresentada por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, pelo Presidente da República ou por mais da metade das Assembléias Legislativas (C.F., artigo 60, I, II, III). Ora, o substitutivo é apresentado apenas por um Parlamentar. Isto mostra que uma (a proposta de emenda) e outro (o substitutivo) diferem. E mais: o que a Constituição impede é que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada possa ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa (C.F. artigo 60, parágrafo 5º). Refere-se a Constituição, portanto, à matéria constante de proposta de emenda e não à matéria constante de substitutivo (MS 22.503-3/ DF, fls. 539, Ministro Carlos Veloso)”.

O Ministro Celso de Mello, de sua feita, consignou:

*“Entendo, por isso mesmo, Sr. Presidente, que não se registrou, no caso, a hipótese versada no artigo 60, parágrafo 5º da Constituição, eis que **inocorreu**, na espécie em exame, qualquer violação a esse preceito da Carta Política, pois **não se tratava**, consoante enfatizado*

pela douta Procuradoria-Geral da República, “de nova proposta de emenda constitucional, mas sim da tramitação da **mesma e única** proposta apresentada, nos termos do artigo 60, inciso II, da Lei Maior, **com apreciação das emendas regimentais apresentadas**, segundo as regras do Regimento Interno da Câmara dos Deputados” - grifos da magistrado (MS 22.503-3/DF, fls. 544).”

Por fim, arrematou o Ministro Sepúlveda Pertence, à época Presidente do STF:

“Isto posto, resta-me a convicção, que vejo ser também a do Tribunal, de que, efetivamente, a incidência do artigo 60, parágrafo 5º da Constituição pressupõe o encerramento do processo legislativo de apreciação de uma determinada **proposta de emenda** constitucional. Friso: encerramento do processo relativo a determinada **proposta de emenda** constitucional, locução que tem significado técnico preciso na Lei Fundamental. **Proposta de emenda** à Constituição - ato inicial de um processo de emenda à Constituição - como resulta da cabeça do artigo 60, é reservada privativamente a um terço de cada uma das câmaras, ao Presidente da República ou à metade das Assembléias Legislativas. Tudo mais são **emendas**, são proposições acessórias à **proposta**, porque incidentes no processo de deliberação sobre a **proposta de emenda** constitucional.

Ora, é com esse mesmo rigor técnico que o artigo 60, parágrafo 5º, usa duas vezes a mesma palavra: ‘a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa’ (MS 22.503-3/DF, fls. 551 - grifos do magistrado).

Dessa maneira, volvendo ao caso concreto, a leitura adequada do parágrafo 5º do artigo 60 da Constituição Federal leva-nos à conclusão de que apenas a rejeição da PEC nº 67, de 2003 teria o condão de precluir no processo legislativo de reforma previdenciária de similar envergadura e sentido. O mero aproveitamento de emendas - valendo-nos do jargão do Excelso Pretório - “regimentais”, em nova proposição, sem que a primeira tenha sido rejeitada ou declarada prejudicada, é recurso absolutamente lícito e apropriado para o equacionamento dos fins retromencionados, que, por injunções políticas, se apresentam em antagonismo direto.”

Face ao contido na matéria, objeto da presente PEC, requer-se sua inclusão na pauta, a constituição especial e posterior encaminhamento ao Plenário para seu seguimento regimental.

Indicação

INDICAÇÃO Nº 014/06

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Neivo Beraldin, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - incluir na disciplina de Sociologia a matéria “Legislativo e suas funções estabelecidas na Constituição Estadual e Constituição Federal”, como forma de disse-

minar o conhecimento a partir do ensino médio do 2º Grau;

II - a finalidade desse instrumento de Indicação Legislativa é ampliar a difusão do conhecimento e atribuições do Legislador, notadamente com referência aos aspectos práticos da atividade legislativa;

III - oferecer aos alunos do Ensino Médio elementos para a compreensão dos problemas que os legisladores enfrentam cotidianamente, tanto a nível individual quanto social, portanto, político. É urgente ressaltar e desenvolver com os alunos a conscientização da necessidade dos meios de participação de uma sociedade pautada pela democracia representativa.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) NEIVO BERALDIN

Questão de Ordem

QUESTÃO DE ORDEM Nº 1323

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, e ainda na forma de Questão de Ordem, seja informado o teor do expediente e as justificativas do Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião, que requereu a devolução da Mensagem nº 021/06, de 22 de março de 2006.

Requer ainda o conteúdo do despacho e embasamento legal que determinou a devolução da referida mensagem.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1314-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei nº 268/06, Mensagem nº 38/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva recompor o vencimento básico da carreira de Delegado de Polícia do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1315

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 39/06, Projeto de Lei nº 269/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva adequar o vencimento básico dos integrantes da carreira de Procurador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1316

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 040/06, Projeto de Lei nº 270/06, de autoria do Poder Executivo, que institui a Carreira Técnica de Extensão Rural do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater.

Sala das Sessões, em 24.05.06.
(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1317

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 043/06, Projeto de Lei nº 285/06, de autoria do Poder Executivo, solicitando a aprovação de ajuste orçamentário no valor de R\$ 2.382.303,00 (dois milhões, trezentos e oitenta e dois mil e trezentos e três reais), ao vigente orçamento da SEED.

Sala das Sessões, em 24.05.06.
(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 1308

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das emendas ao Projeto de Lei nº 194/06, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2007, até o dia 31 de maio de 2006.

Sala das Sessões, em 24.05.06.
(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1318

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 25 de maio (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 24.05.06.
(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1305

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luís Carlos Librás.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.05.06.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1319

Senhor Presidente:

O Parlamentar ao final subscrito, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar à família do Sr. João Samek, incentivador do ramo da agricultura e um desbravador notável na região Oeste do nosso Estado, pai de Jorge Miguel Samek. Faleceu no dia de hoje.

Face ao exposto, solicitamos ainda a especial gentileza de cientificar os termos destes votos de pesar à família, em nome do Sr. Jorge Miguel Samek, no endereço: Rua Manoel Padilha de Lima, nº 502 - Ahú - Curitiba/PR - CEP 82200-410.

Sala das Sessões, em 24.05.06.
(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1320

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu Líder que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Samek, ocorrido hoje, dia 24 de maio, aos 84 anos de idade, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24.05.06.
(a) BANCADA DO PT

JUSTIFICATIVA:

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento da Bancada do PT, ao Sr. João Samek, pai do Diretor da Itaipu Binacional, Jorge Samek.

REQUERIMENTO Nº 1304

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações à Planase - Planejamento e Assessoria Empresarial, em comemoração aos 26 anos de sua fundação.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenagem, da decisão do Plenário desta Casa de Leis, em nome do Sr. Francisco Simões, Diretor-Presidente da Planase.

Sala das Sessões, em 24.05.06.
(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1306

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Pastor Samuel Azevedo dos Santos, alusivos aos seus vinte anos de pastorado e pela passagem de seus 49 anos de idade.

Sala das Sessões, em 24.05.06.
(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 1307

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Pastor Aparecido Estorbem, alusivos aos seus quinze anos de pastorado e pela passagem de seus 58 anos de idade.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) VANDERLEI IENSEN

REQUERIMENTO Nº 1312

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUERER votos de louvor ao Vereador Jorge Bernardi, do município de Curitiba, tendo em vista que o mesmo recebeu o título de Mestre em Gestão Urbana, pela Pontifícia Universidade Católica, no mês de maio do corrente ano, após ter defendido a dissertação sobre: "Funções sociais da cidade: conceitos e instrumentos". Bernardi é o primeiro político com mandato a receber o título de Mestre em Gestão Urbana e o 11º Mestre da área em todo o Brasil, já que este mestrado multidisciplinar existe apenas na PUC do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1314

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de louvor ao Sr. Antônio Ferreira Barbosa, tendo em vista a grande contribuição dada ao Paraná, através do município de Turvo, conforme breve currículo abaixo.

Nascido no dia 18 de novembro de 1930, na cidade de Itapui, no Estado de São Paulo, foi para Turvo, quando ainda era distrito de Guarapuava, onde instalou uma serraria e trabalhou muito tempo na exploração de madeiras. Atuou, juntamente com outras pessoas, na emancipação de Turvo e sempre esteve presente em algumas administrações, mais precisamente na organização político-partidária (no ano de 1986, fundou o PDT em Turvo, onde permaneceu até 1989). Atualmente está buscando a formação do Diretório do PDT, juntamente com Vereadores e outras pessoas.

Teve seu primeiro vínculo com a Prefeitura Municipal de Turvo, através do Decreto nº 62/97, de nomeação para o cargo de Diretor do Departamento da Indústria e Comércio, no dia 01 de setembro de 1997.

Nessa sua gestão junto ao Departamento, lutou pela aquisição de um terreno para a implantação de indústrias em Turvo, o que veio a termo com a aquisição de uma área de terras próximo à PR-466, onde foi iniciado o parque industrial de Turvo, com arruamentos, instalação de energia elétrica e a instalação das primeiras

indústrias. Também na sua gestão foi nominado o parque industrial em homenagem à sua esposa, Sra. Mercedes Paes Barbosa, passando a ser denominado de Parque Industrial Mercedes Paes Barbosa.

Durante sua gestão no Departamento de Indústria e Comércio, foram instaladas várias indústrias no parque industrial, tais como: um picador, da Indústria Ibema; algumas serrarias; beneficiamento de carvão vegetal; depósito de gás; viveiro municipal, entre outras.

No ano de 2005, o Sr. Antônio Ferreira Barbosa foi nomeado pelo Prefeito Nacir Agostinho Bruger, como Chefe da Divisão de Meio Ambiente, através do Decreto nº 017/05, do dia 19 de janeiro de 2005.

Nessa Pasta, o Sr. Antônio Ferreira Barbosa vem desenvolvendo um trabalho que consiste na recuperação de mata ciliar e produção de mudas no viveiro municipal, com distribuição para o plantio por produtores rurais.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1309

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente da República, Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, bem como ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Exmo. Sr. Roberto Rodrigues, solicitando dos mesmos atendimento às reivindicações do setor agropecuário no Estado do Paraná, tendo em vista a crise desse setor.

A crise profunda no campo prejudica cooperativas e as economias das pequenas e médias cidades, além dos prejuízos impostos aos produtores rurais e aos demais segmentos ligados ao agronegócio.

Em 1958, Maringá/PR e região viveram o maior protesto por parte do produtor rural; o café, o mais importante gerador de empregos e riqueza do Norte do Paraná, foi abandonado pela política governamental.

Toda a sociedade organizada da região uniu-se aos produtores rurais e iniciaram a famosa Marcha da Produção, partindo de Maringá rumo a Brasília. O movimento teve repercussão nacional.

A marcha foi detida nas proximidades de Marialva pelo Exército Nacional.

O Governo Federal prometeu estudar as reivindicações dos cafeicultores e realmente em breve espaço de tempo foram atendidas.

Essa marcha constituiu-se no maior protesto do produtor rural que o país até então conheceu.

Hoje, estamos vivendo uma situação idêntica à de 1958: enormes protestos em todo o interior brasileiro, com fechamento de estradas, ferrovias e entradas de cooperativas.

A nossa agricultura sempre esteve esquecida por Brasília. Em todos os países cuja agricultura é forte, é também generosamente subsidiada.

Aqui, além de não receber subsídios, é agravada com juros altos, câmbio desfavorável, péssimas estradas, péssimos portos, sem uma política agrícola, sem seguro agrário e sem honrar os preços mínimos justos e compatíveis com os custos de produção e uma remuneração razoável.

É urgente que o Governo estabeleça uma política firme em benefício de nossa agricultura, para que nossa vocação natural de maior produtor de grãos do Planeta seja brevemente alcançada.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1324

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Procuradora-Chefe do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Dra. Lair Carmem Silveira da Rocha Guimarães, solicitando especial atenção ao pedido do técnico judiciário, Sr. Alex Cereda.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1322

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações ao Diretor-Presidente da Fundepar, via expediente a ser encaminhado ao Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, para que esclareça os motivos da paralisação das obras no Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, na cidade de Guaraniaçu/PR.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) ELIO RUSCH

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 293/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras de Guaíra, com sede e foro no município de Guaíra, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Recuperação dos Alcoólatras de Guaíra é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, em que o público alvo é toda a comunidade do município de

Guaíra, pois, a finalidade precípua dessa associação é a recuperação de todos os alcoólatras.

Fundada em outubro de 1985, na cidade de Guaíra, a entidade tem como objetivos a recuperação, pela psicoterapia de grupo, de pessoas dadas ao vício do alcoolismo, readaptação dos alcoólatras junto aos familiares e sociedade, entre outros. Em 13/09/99 a Associação foi reconhecida como de Utilidade Pública Municipal.

Para a consecução de seu objetivo social, a Associação de Recuperação dos Alcoólatras de Guaíra realiza reuniões semanais, palestras, encontros em diversos municípios do Estado do Paraná. No ano de 2005, em todas as quartas-feiras foram realizadas reuniões na sede, além dos encontros e palestras com Associações de Recuperação de Alcoólatras de outros municípios.

Dessa forma, esperamos o devido apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa organização em favor de toda a comunidade do município de Guaíra, principalmente porque sabemos dos transtornos que são causados por pessoas que sofrem com o vício do alcoolismo.

PROJETO DE LEI Nº 294/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Vitorino os imóveis matriculados sob números 8.329, 8.330, 8.331, no Segundo Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, consistentes nos lotes 12-A, 13 e 14, da quadra nº 05, sita à Rua Fracaro, na cidade de Vitorino, Estado do Paraná, bem como eventuais benfeitorias.

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado pela Prefeitura Municipal de Vitorino, especificamente para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública.

Parágrafo Único. O município ficará responsável pela guarda, proteção e restauração do imóvel.

Art. 3º As despesas com escritura e registro de imóveis correrão por conta do donatário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a autorização legislativa para que o Executivo proceda à doação de imóvel ao município de Vitorino.

Os referidos imóveis são da área contínua, todavia registrado em três matrículas, conforme especificado no artigo 1º deste projeto de lei.

Fora doado pelo Município (com exceção da matrícula nº 8.331) ao Estado, em meados de 1968. Ocorre que, passados 38 anos, o Estado não dá qualquer utilidade ao imóvel, restando o mesmo abandonado.

O município de Vitorino tem dentre seus deveres a eficiente prestação de serviços públicos à comunidade local e regional. Contudo, possui em seu território o imóvel objeto da presente completamente ocioso, maculando a própria imagem do Município.

Não bastasse, há interesse de entidades locais em aproveitar o terreno em prol do interesse público, implicando ampla geração de empregos, satisfazendo a exigência preconizada pela Constituição Federal.

Esta área pertence ao Estado e atende às necessidades do Município, sendo que, para tanto, solicita a mesma para que possa realizar atendimento da população local.

Sendo assim, espera contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Bertold Brecht dizia:

O Analfabeto Político

O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato, do remédio e depende das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha, estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, picareta e lacaios das empresas nacionais e internacionais.

Sras. e Srs. Deputados.

Venho à tribuna na tarde de hoje, para relatar a seguinte indicação:

(Lê):

INDICAÇÃO Nº 014/06

Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado Neivo Beraldin, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - incluir na disciplina de Sociologia a matéria "Legislativo e suas funções estabelecidas na Constituição Estadual e Constituição Federal", como forma de disseminar o conhecimento a partir do ensino médio do 2º Grau;

II - a finalidade desse instrumento de Indicação Legislativa é ampliar a difusão do conhecimento e atribuições do Legislador; notadamente com referência aos aspectos práticos da atividade legislativa;

III - oferecer aos alunos do Ensino Médio elementos para a compreensão dos problemas que os legisladores enfrentam cotidianamente, tanto a nível individual quanto social, portanto, político. É urgente ressaltar e desenvolver com os alunos a conscientização da necessidade dos meios de participação de uma sociedade pautada pela democracia representativa.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Parece mais que hora de levarmos a possibilidade do conhecimento das funções do legislador a todas as camadas sociais.

Certamente se agirmos dentro de uma disciplina já existente e incluirmos a função do legislador, estaremos criando à nossa sociedade o voto mais crítico, mais consciente e com mais conhecimento do que é o primeiro dos três Poderes que se chama o Poder Legislativo.

Tem sido o Poder Legislativo, ao longo do tempo - e não quero entrar no mérito das críticas que tem levado, algumas com precisão e outras impulsionadas pelo poder econômico do Executivo e a sociedade passa a se perguntar sobre essas questões e entra até mesmo em conflito pessoal.

O conhecimento da matéria vai fazer com que o leitor pense melhor no momento de eleger seus legisladores. Se perguntarmos para dez pessoas qual a função do legislador, certamente não teremos uma média muito boa.

Parece oportuno a idéia de colocar esse tema em discussão nas salas de aula do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem, tivemos um parecer apresentado aqui pelo jurista Dr. Bacellar, contratado pela Assembleia Legislativa para dar um parecer a respeito da possibilidade de votarmos ou não a emenda à Constituição Estadual proibindo o nepotismo apresentado pelo Palácio Iguaçu. Fez, no seu parecer, uma explanação bastante clara, e que ao término dela expõe a possibilidade real de primeiro votarmos aqui. Estávamos em condições de votar a emenda apresentada pelo Palácio Iguaçu.

Para aqueles que tiveram conhecimento desse parecer, o Dr. Romeu Bacelar, que é um dos melhores constitucionalistas que temos, na atualidade, em nosso país, no último parágrafo diz: de todo exposto pode-se por derradeiro concluir que é perfeitamente possível a votação dos

Projetos de Emenda Constitucional 27/06 - essa apresentada pelo Palácio Iguaçu -, e 31/06 - que foi aquela apresentada por diversos Deputados aqui, na sequência, que trata da matéria do nepotismo. Mesmo em face da rejeição da PEC 40/05, de 02 de maio de 2005, nessa esteira, pelos mesmos argumentos, é passível de apreciação o projeto original apresentado pelo Deputado Tadeu Veneri.

Na sequência disso, por uma questão de cinquenta minutos ou pouco mais do que isso, por iniciativa do Palácio Iguaçu, tivemos a solicitação feita ao Presidente Hermas Brandão, para que houvesse a retirada daquela emenda apresentada pelo Palácio Iguaçu, sob o argumento que ela não poderia ser votada neste ano por entenderem, também os juristas consultados pelo Palácio Iguaçu, que era inconstitucional.

Ora, não vou entrar no mérito dessa decisão porque é uma decisão do próprio Palácio Iguaçu, mas é óbvio que é uma manobra e que essa manobra mais do que evidente já havia sido preconizada quando aqui não obtivemos o número de 33 Deputados para podermos aprovar a Emenda 40 ou seu substitutivo. Também não posso concordar com o argumento de que essa é uma matéria inconstitucional e por isso foi retirada no dia de ontem, quando poderia ter sido feita no dia seguinte à derrota ou da não aprovação do Substitutivo da Emenda 40.

Parece-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que houve muito mais por parte do Palácio Iguaçu, uma expectativa que o parecer do Dr. Bacellar fosse pela não tramitação. Como foi contrário, retira-se a emenda. Pois bem, a situação que temos, hoje, é de perfeita condição de votarmos a PEC original, a PEC 40. Isso é o que nos diz o parecer do Dr. Bacellar. Deputado José Maria foi o Relator do Substituto e devo cumprimentá-lo pela sua coerência nas duas votações e porque em muito melhorou a PEC 40.

A PEC 40, que no seu processo original prevê a proibição da contratação de parentes até terceiro grau, ou seja, primos, tios e sobrinhos, conforme a determinação do Conselho Nacional de Justiça, e prevê que o prazo para que ela passe a ter seus efeitos é imediato. Então, não há nenhuma inconstitucionalidade nessa PEC, quero reafirmar isso. Não há...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Para concluir, Deputado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, uso o horário da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. tem mais dez minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não há qualquer inconstitucionalidade nessa matéria, porque o próprio relator, Deputado José Maria, que

depois elaborou o seu Substitutivo, não encontrou nenhuma inconstitucionalidade na PEC original.

A partir da PEC original, o Relator elaborou um Substitutivo que a tornou melhor, mais completa, incluindo autarquias, administração direta e indireta, Prefeituras, Câmaras e, além de Desembargadores, também Juízes, Promotores, que aliás, já estão contemplados pela decisão do Conselho Nacional de Justiça, portanto, seriam até desnecessariamente nominados, mas estão corretamente nominados no seu Substitutivo, que não obtivemos o número para aprovação aqui.

A PEC 40 não tem no seu contexto nenhuma inconstitucionalidade. Não há nada que impeça. Se ela viesse para ser votada da forma como foi apresentada, sem nenhuma vírgula a mais ou a menos, ela poderia, pela constitucionalidade, perfeitamente ser votada. Obviamente, a decisão - acredito que o Sr. Presidente vai tomá-la - é uma decisão que legalmente pode ser pela votação, pelo parecer dado pelo Sr. Romeu Bacellar Filho, que inclusive faz referência ao artigo 131 do nosso Regimento Interno. Diz no artigo 131 que se esse parecer dessa segunda PEC já tivesse sido exarado, se já tivéssemos com o parecer feito, a PEC, para retornar ao Palácio, ao seu autor que é o Executivo, o Governo do Estado, teria que ser mediante deliberação do Plenário. Aí talvez esteja a explicação da pressa que ontem houve da retirada dessa PEC antes que houvesse um parecer favorável. E esse parecer favorável fizesse com que necessariamente para ser retirada aqui do Plenário tivesse que passar pela votação.

Então, o que temos hoje é uma condição concreta que nos dá condições de votar a PEC 40, por uma decisão que entendo deve ser tomada pelo Presidente da Assembleia, o Deputado Hermas Brandão. A ele cabe fazer a pauta e colocar ou não.

O Deputado Ratinho Júnior, inclusive, está solicitando por um requerimento, que este seja um projeto de uma matéria votada junto com os demais Deputados, que seja votado agora em regime de urgência. Esperamos que apesar de todos os contratemplos possamos ainda neste semestre votar a PEC definitivamente e eliminarmos a prática do nepotismo no Estado do Paraná. Coisa que, aliás, muitos dos Deputados aqui gostariam que já tivesse acontecido num primeiro ou segundo momento. Alguns entenderam que isso deveria acontecer inclusive no substitutivo, por isso mesmo, pelas razões alegadas, ausentaram-se do plenário; alguns votaram contra.

Deputada Elza Correia mesmo, ontem, disse que votou contra porque entendia que deveria votar na proposta do Governador, assim como os Deputados Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, outros Deputados que se manifestaram dizendo que achavam que era mais correto que votássemos a segunda PEC. Como essa segunda PEC foi retirada, Sr. Presidente, resta-nos, hoje, a condição de votarmos a PEC original. Aquela PEC, Deputado Natálio Stica, que no início havíamos apresentado.

Espero que o Deputado Hermas Brandão possa colocá-la em votação. Faremos uma solicitação ao Deputado Hermas Brandão. Repito: não há nenhuma inconstitucionalidade na PEC. Ontem, inclusive, conversava com alguns Deputados, com o Presidente da Comissão Especial, Deputado Durval Amaral e reconhecendo que a PEC 40 é mais limitada do ponto de vista da sua abrangência e que pode, se aprovada, vir a sofrer no período seguinte, no próximo ano, por aqueles Deputados que aqui estiverem, pode vir a sofrer um complemento. Nada impede que façamos um complemento.

Agora, eu, como proponente da PEC, junto com mais 27 Deputados, de todos os partidos, que assinaram para que pudesse tramitar aquela PEC, não podemos aceitar o argumento que ela é inconstitucional, porque esse argumento não se sustenta.

A Comissão Especial entendeu que a inconstitucionalidade não se sustenta porque o parecer contratado por esta Casa, de um renomado constitucionalista, também reconhece que há a condição de ser votada e não se sustenta principalmente porque se houvesse inconstitucionalidade, não haveria sequer condições de fazermos um substitutivo.

Antes de passar o aparte ao Deputado Ratinho Júnior e, depois ao Deputado José Maria, gostaria de fazer aqui apenas um paralelo. Seria como se aqui ou no Congresso Nacional fosse apresentado, que são espaços legítimos, projeto de uma emenda constitucional, para que tivéssemos a pena de morte no Brasil. Obviamente por ser "causa pétrea", ninguém, nenhuma comissão poderia acatá-la. E ao acatá-la, não poderia nem fazer substitutivo e nem dar parecer, porque ela, na sua origem, é inconstitucional. Coisa que não aconteceu e que, portanto, hoje, temos condições absolutas de votar a PEC-40.

Concedo um aparte ao Deputado Ratinho Júnior e na sequência ao Deputado José Maria.

O Sr. Ratinho Júnior (PP)

Obrigado, Deputado Tadeu Veneri.

Sabemos da luta de V. Exa. nessa questão, que não foi apenas sua, mas também de vários outros Deputados, quarenta, e que lutaram para acabar com esse vício lamentável, que ainda existe na política brasileira e na paranaense. Temos exemplos claros de prefeituras, de "n" cargos que são assumidos, hoje, abusando na contratação de parentes, que muitas vezes a grande maioria não tem competência para estar naquele lugar.

Alguns Deputados, como V. Exa. falou, deixaram de votar o seu projeto, dizendo que iriam votar o do Requião. O Governador Requião, em "n" entrevistas falou que o projeto do Tadeu Veneri não era um bom projeto e que o dele era melhor.

Primeiro, lamento a falha jurídica que tenha tido a equipe do Governador Requião, em apresentar um projeto dizendo que era constitucional e depois de alguns dias dizer que não é mais. O Governador Requião não pode ter uma equipe jurídica dessas.

Nessa mesma preocupação, estamos tomando e já temos aqui mais de quinze assinaturas de Deputados e vamos apresentar uma emenda constitucional sobre o nepotismo. Tem uma série de coisas, aqui, que complementamos e outras já existem no seu projeto, que é o nepotismo cruzado. Aumentamos para o terceiro grau a proibição da contratação de parentes e queremos que entre este ano em vigor. Essa emenda constitucional pode ser votada e analisada, porque a partir do momento que o Governador pediu para que se retirasse o seu projeto da comissão, que foi montada para analisar o seu projeto, essa comissão automaticamente se extinguiu, está extinta. Por que isso? Porque a comissão não chegou a dar o parecer. Antes mesmo de a comissão dar o parecer, ela foi automaticamente extinta.

Estamos reapresentando, para quê, Deputado Tadeu Veneri? Para que o seu projeto seja analisado e votado, em regime de urgência, novamente, porque só votamos aqui o substitutivo geral, como V. Exa. já falou. O relatório, a análise do Dr. Romeu Bacellar, diz muito claro: pode normal e tranquilamente ser tramitado e analisado pelos Deputados e votados por esta Casa.

Quero dizer que V. Exa. já tem o meu apoio desde o começo. Já tenho o seu apoio nesse projeto da emenda constitucional e espero que os Deputados, tanto da Bancada do Governo que falaram que só iam votar o projeto do Governador, por ser melhor, ajudem a votar tanto o do Deputado Tadeu Veneri e esse que estamos apresentando agora.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado.

Concedo um aparte ao Deputado José Maria, nesse tempo que me resta.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Deputado Tadeu, todos conhecem a atitude que tomei, que é conseqüente até pela minha posição, só que não vejo amparo regimental, para que voltemos a fazer. Gostaria que o nobre Deputado conseguisse explicitar isso no Regimento, porque votamos em um primeiro momento e foi rejeitado o substitutivo que estava valendo, da PEC. Foram 29 votos a 15 - ela recebeu o julgamento deste Plenário, que foi pela rejeição, porque eram necessários 33 votos.

Diante deste quadro - digo isso com sinceridade - não entendo e não vejo regimentalmente condições para que possamos retornar qualquer projeto neste sentido, tratando deste assunto, neste período legislativo.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado!

Para concluir, quero dizer que estou fazendo todo esse meu discurso em cima daquilo que foi colocado pelo Dr. Romeu Bacellar. No seu parecer ele, examinando tanto o nosso Regimento como a Constituição, entende

ser possível. Acho que esse é um debate que devemos travar.

Agradeço, Sr. Presidente, pelo tempo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Acho que é extremamente interessante, Sr. Presidente, que os Deputados possam, até para compreensão melhor do nosso Regimento, da nossa Constituição e da Constituição Federal, mas sinceramente vejo com dificuldades regimentais para que implementemos qualquer ação nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fui pego de surpresa agora pela imprensa, com a denúncia que este Deputado será representado na Comissão de Ética desta Assembléia Legislativa pelo Deputado Natálio Stica e farei isso como mais um dos troféus que acumulo ao longo da minha carreira de jornalista e agora também como político. Será um excelente momento para que possamos também trazer aqui aquilo que eu disse desta tribuna, inclusive, assegurado pelas atribuições regimentais de um Parlamentar, utilizando e gozando de todas as prerrogativas que temos direito, enquanto Deputados estaduais, eleitos pelo povo do Estado do Paraná.

Agora, o que me surpreender é que o Deputado, primeiro manda para a imprensa e depois para as instâncias da nossa Assembléia Legislativa, a própria Comissão de Ética e a Corregedoria. É a mesma prática do Presidente Lula, que governa pelo Jornal Nacional, que usa a mídia para tentar fazer com a prática de Goebbels, que uma mentira dita várias vezes, acaba se tornando verdade.

Lamentamos também o fato de o PT não saber ser vidraça. Foram estilingue a vida toda e no momento em que são criticados, não aceitam a crítica, vestem a capucha e agora tentam, como uma metralhadora giratória, acertar quem quer que seja. Ora, será que este Deputado feriu o Regimento e quebrou o decoro parlamentar?

Teremos a oportunidade de trazer tudo dentro da Comissão de Ética, com muito prazer. Com muito prazer mesmo! Mas, poderia até inclusive usar aqui o mesmo argumento que foi utilizado pelo Partido dos Trabalhadores, através do Deputado Elton Welter, na reunião que tivemos na Comissão de Constituição e Justiça, quando ele mesmo, ao declarar o seu voto contrário ao meu parecer, que foi favorável à abertura de um processo contra o Governador Roberto Requião, e disse: fui vítima do Governador. Como disse o Deputado Nelson Justus: dê um "pito" no Governador. E o que eu fiz, disse o Deputado Elton Welter: usei da tribuna e coloquei para fora também as minhas angústias. E é assim que se faz nesta

tribuna! Não deram o direito de trazermos pelo menos a oportunidade do Deputado Pastor Edson Praczyk lavar a sua honra, porque fui acusado, e a quem acusa, cabe o ônus da prova. Mas, aí disseram: use a tribuna. Mas como, se usar a tribuna também não pode, porque quando se critica outrem, aqui não é respeitado o Regimento nem quando está assegurado o direito de dez ou cinco minutos, porque é quebrado esse direito?

Somos Deputados de primeiro mandato. Não sou de fugir do debate! Não sou de me acovardar e quero ir às últimas instâncias para provar aquilo que eu disse aqui, para honrar o compromisso que tenho com o povo do Estado do Paraná. Terei um imenso prazer de ir como réu, nessa condição, na Comissão de Ética da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Infelizmente, o PT não aprendeu a ser Governo. E nós estaremos aqui com todo o respeito, dizendo que eu estranho, Sr. Presidente, o fato de que a imprensa recebe os releases do Partido dos Trabalhadores, e a Comissão de Ética, e a Corregedoria da Casa não tomam conhecimento desses fatos! Que belo exemplo dá esse Deputado! Que moral tem para processar o Deputado Barbosa Neto?

Está aqui na nossa Carta Magna, a Constituição Brasileira, que diz, artigo 53: "os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos".

Contra-argumente este Deputado com declarações, com provas, mas não precisava levar a isso. Mas, será com muito prazer que eu farei questão de provar a minha inocência defendendo os interesses do Estado do Paraná e a minha opinião!

Muito obrigado!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, que seja o artigo 108. Eu fui citado.

Gostaria de dizer que em momento nenhum eu procurei a imprensa...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Natálio Stica, vou pedir a sua compreensão porque não cabe Pela Ordem momento.

Solicito que V. Exa. utilize algum outro espaço para que não transgridamos o Regimento Interno.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

O Regimento Interno me permite, Sr. Presidente.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Qual é o artigo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

A citação não permite a V. Exa. Pela Ordem. Peço a sua compreensão.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Então, desafio qualquer um da imprensa a dizer se eu levei alguma matéria nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Compreendo a sua preocupação, mas solicito a V. Exa. que compreenda, Deputado Stica.

Próximo orador inscrito é o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, através do Bloco Agropecuário, na manhã de hoje, fizemos uma importantíssima reunião, onde estiveram reunidos vários setores do Estado do Paraná, principalmente a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros da região de Colombo e outras cidades. Trouxemos técnicos da Secretaria da Fazenda - o Sr. Aguiar; o representante do Procon; representantes da Ceasa; representantes da Fetaep; e quem representa os produtores; várias associações representadas pela APAC - Associação dos Produtores Agrícolas de Colombo, onde fizemos uma grande discussão em torno da injustiça que é feita com os produtores hortifrutigranjeiros que entregam os seus produtos nas grandes redes de supermercados. É impressionante, chegam a propor um desconto efetivo a esses produtores na ordem de 27% a 30%, Deputado Scarpellini!

Isso, literalmente dá para chamar de roubo! E os agricultores estão desesperados, pedindo a ajuda a estes Parlamentares, a esta Casa de Leis. Nessa reunião foi tirada uma Comissão que se dispôs a articular permanentemente soluções de curto, médio e longo prazo. Nos próximos dias já teremos uma reunião com a Receita Federal; procuraremos também o Ministério Público, porque o que está acontecendo com os hortifrutigranjeiros, infelizmente, com toda a situação desses pequenos produtores que vivem um momento de crise, mas o que fazem com esses produtores que entregam seus produtos de qualidade às redes de supermercado e nós, consumidores, muitas vezes somos lesados e o que tiram deles muitas vezes é o sustento do seu pão.

Então, têm vários encaminhamentos feitos à Assembléia Legislativa, representada através do Bloco Agropecuário, que tenho coordenado. Esteve também presente a Deputada Luciana que preside a Comissão de Agricultura e não tenho dúvida que esta Casa não se furtará em estar presente em reuniões para solucionarmos este problema.

Infelizmente teve a denúncia da Associação que realmente esta forma como eles comercializam, eles tiram aproximadamente de 27 a 30%, dependendo da rede de mercados.

Então, essa discussão vai dar muito o que falar. Já foi levantado aqui no passado, na CPI dos Alimentos, aquele diagnóstico feito lá na época; vamos aproveitar e vamos ver por que não andou. É uma coisa de tirar o sossego desses agricultores, mas vamos enfrentar essa discussão juntos, há compromisso político aqui do Ceasa do

Paraná, há o empenho também, acredito, da SEAB que estava representada pelo pessoal da Ceasa e vamos até o fim nesta questão, porque é um assunto que mexe com o interesse do nosso pequeno produtor, o hortifrutigranjeiro, que trata da comercialização de quem muitas vezes é fraco na sua capacidade de organização e se explora.

E a pergunta é a seguinte: por que muitas vezes se consegue fazer promoções de produtos de origem vegetal nos mercados com preços vis? Não paga nem o preço de custo! E por que não dá para fazer promoção de Coca-Cola com preço baratinho ou da Nestlé com preço baratinho? É engraçado isto, não é? Por que sempre estoura no pequeno? Por que sempre tem que sofrer o pequeno produtor ou setores que são frágeis na sua capacidade de organização?

Por isto este Parlamentar deve articular com os setores que forem necessários. Já no próximo dia 30 deve ter uma reunião com a Receita Federal aqui em Curitiba, com alguns representantes - eu já convoco alguns Deputados para participarem dessa discussão - vamos comunicar o Ministério Público também, porque o que foi relatado ali, significa que realmente está havendo um assalto aos produtores hortifrutigranjeiros aqui no Estado do Paraná.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Grande Expediente, conforme requerimento aprovado do Deputado Tadeu Veneri, será cedido o espaço ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Com a palavra o Sr. Mário Messagi Júnior.

Sr. Mário Messagi Júnior

O SR. MÁRIO MESSAGI JÚNIOR

(Lê):

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Hermas Brandão, prezados representantes do povo, Deputados Estaduais, colegas jornalistas e demais presentes.

Em nenhum outro lugar me sentiria mais à vontade para defender o que hoje venho aqui defender. A democracia é prodigiosa e iguala todos os cidadãos, do mais rico ao mais pobre, do mais titulado ao analfabeto. Por isso, senhores, é aqui onde, sobretudo, se defende o interesse das maiorias, do povo mais carente, da população mais necessitada. Vocês cumprem um papel fundamental de Estado: agir contra as desigualdades que a seleção natural social, tão presente num Adam Smith, produz.

É disso que se trata, senhores, a discussão posta hoje no Brasil sobre TV digital: de um lado, poderosos interesses econômicos; de outro, os interesses da população. O Brasil está às vésperas de tomar uma decisão importantíssima, que não diz respeito apenas à mudança de uma tecnologia. Diz respeito ao acesso à informação,

à multiplicidade de opiniões, do uso da TV para fins educativos e culturais, a multiplicidade de conteúdos televisivos e até à inclusão digital. Diz respeito, enfim, à democracia, à cultura e à educação de um povo. A introdução da TV digital é mais importante para o país do que a introdução da TV à cabo ou a legalização da radiodifusão comunitária. Talvez se compare apenas com a introdução da TV, em 1951, mas seus efeitos, com certeza, serão sentidos muito mais rapidamente.

A TV digital apresenta possibilidades formidáveis para o avanço social e econômico do país:

1) é o momento de se abrir a TV para que mais atores produzam conteúdos em TV aberta, inclusive com mais força para a produção regional;

2) é o momento de se discutir uma legislação que seja moderna e se pautar pelos interesses do cidadão e da democracia e não do mais obtuso e sem regra dos poderes da democracia, que são os meios de comunicação;

3) é a possibilidade de dar acesso à informação a milhões de pessoas que só têm a TV como fonte de informação e estão, hoje, restritas a apenas seis canais abertos;

4) é o instrumento para estimular a diversidade da cultura brasileira e da cultura local, através deste formidável instrumento que é a TV;

5) é a possibilidade de realizar projetos educativos pela TV e de haver canais públicos abertos, como a TV Senado e a TV Câmara;

6) e é, também, uma oportunidade de gerar empregos num novo filão de produção de equipamentos e de conteúdos. O modelo escolhido deve preservar, também, o acesso a baixo custo à nova tecnologia.

No entanto, a discussão, como está sendo feita, privilegia apenas aspectos técnicos e está centralizada. Reflete, no fundo, a disputa de forças entre as emissoras atuais, que não querem mais gente no mercado, e as empresas de telefonia, que pretendem explorar este novo filão.

Srs. Deputados, por mais que envolva um grande aparato tecnológico, a TV digital não é, sobretudo, uma discussão tecnológica. É uma discussão sobre os rumos do país, sobre inclusão cidadã da população, sobre democracia, sobre cultura... A tecnologia deve estar subordinada a isso, a estes interesses fundamentais, prioritários.

Quando defendo aqui os interesses do cidadão, sei que falo com Pares nesta causa. Esta é a casa do povo. Sei que aqui encontrarei guarida às reivindicações das entidades que têm empreendido esta luta, sobretudo o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

O que queremos, senhores, é o apoio formal desta Casa, que tem sido coerente com a defesa dos interesses dos mais necessitados. Queremos o apoio para que a decisão seja adiada, para que a lógica da discussão seja invertida e priorize o uso social desta nova tecnologia, para que novos atores, representantes da sociedade civil

organizada, sejam ouvidos, para que o Sistema Brasileiro de Tevé Digital volte a ser discutido e desenvolvido.

Sei que conseguirei aqui o apoio dos Deputados, pois acredito na coerência dos representantes que os eleitores escolheram para esta Casa, a Assembléia Legislativa do Povo do Paraná."

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Não há oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 38 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado Ratinho Júnior, devidamente apoiada, constante do expediente. **Não recebida, conforme artigo 64, parágrafo 4º da Constituição Estadual.**

Indicação nº 014/06, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, sugerindo introduzir matéria sobre "O Legislativo e suas funções estabelecidas na Constituição Estadual e Constituição Federal", na disciplina de Sociologia, constante na grade curricular do ensino médio de 2º Grau. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente, encaminhando Questão de Ordem, para que seja informado o teor do expediente e as justificativas do Sr. Governador do Estado do Paraná, que requereu a devolução da Mensagem nº 021/06, de 22 de março de 2006, requerendo ainda o conteúdo do despacho e embasamento legal que determinou a devolução da referida Mensagem. **Deferido, encaminhando cópia do Ofício nº 124/06.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1318, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 25 de maio (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, concedendo Cidadania Benemérita do Paraná à Juíza Joeci Machado Camargo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Quando o Mário Messagi fez aqui a sua exposição foi solicitado que fizéssemos uma moção de apoio à TV Digital e também que tivéssemos mais tempo.

Solicitaria à Mesa e depois vou fazer por escrito, que pudéssemos encaminhar essa moção para que a Assembléia Legislativa solicitasse mais tempo para a discussão e também que ela pudesse ser feita com mais pessoas.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será encaminhada a moção de apoio, Deputado Tadeu Veneri.

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/05, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declarando de Utilidade Pública a Associação Sarandiense Defensora dos Consumidores - ASDC, com sede e foro no Município de Sarandi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 793/05, de autoria do Deputado Reni Pereira, autorizando o Poder Executivo a denominar o acesso estadual que liga a BR-369 ao município de Mamborê, como Prefeito Armando Alves de Souza. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, autorizando a doação de imóveis ao município de Floresta, comarca de Maringá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/06, de autoria do Deputado Ademar Traiano, declarando de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Apoio Beneficente à Família e Clube das Mães do Atuba/Curitiba e Colombo, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Caprinocultores, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/05, de 01/08/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 434/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação dos Caprinocultores do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/06, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declarando de Utilidade Pública a Aram - Associação Regional de Assistência ao Menor Guarda Mirim, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 033/06, de 19/04/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 197/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como objetivo alterar a denominação da Guarda Mirim de Umuarama, já legalmente declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 7541/81 para Associação Regional de Assistência ao Menor Guarda Mirim de Umuarama, mantendo a sede e o foro no município de Umuarama, Estado do Paraná.

Constitucionalidade e Legalidade

Cabe ressaltar, preliminarmente, que a associação em questão continua de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, cumprindo requisitos para a declaração de Utilidade Pública a uma instituição. No entanto, o que pretende o projeto de lei em tela é a mudança na denominação da associação já declarada de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta análise técnica se aterá aos requisitos de mudança de denominação da associação, bem como mudança de estatuto, de acordo com a legislação civil vigente.

Nesse sentido, dispõe a Lei Federal nº 10.406/02 - Código Civil:

Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

I - seja deliberada por dois terços dos componentes para gerir e representar a fundação;

II - não contrarie ou desvirtue o fim desta.

É evidente o preenchimento desses dois requisitos para a mudança do estatuto (anexo).

Conclusão

Ante o exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 197/06.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/06, de autoria da Deputada Elza Correia, declarando de Utilidade Pública o Instituto para o Cuidado da Família, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/06, de 09/05/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 238/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Elza Correia, declara de Utilidade Pública o Instituto para o Cuidado da Família, com sede e foro no município de Londrina, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1304, 1305 e 1324, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1306 e 1307, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1308, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1309, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1312 e 1314, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1314-A e 1315, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Adiam-se as discussões para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 1316 e 1317, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1319, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1320, de autoria da Bancada do PT, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1322, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, solicito minha inscrição para o horário das Explicações Pessoais.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Natálio Stica.

Deputado Natálio Stica (PT)

O Sr. Natálio Stica

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não havia feito a inscrição para usar a tribuna. Não tinha essa intenção, mas diante da acusação feita aqui de que eu havia encaminhado à imprensa a minha Representação ao Conselho de Ética desta Casa, sou obrigado a fazer uso da palavra.

Desafio a qualquer jornalista aqui presente para que possa confirmar se eu passei qualquer informação a respeito desta Representação. Não passei à imprensa. Apenas, e tão somente, protocolei na Mesa, a Representação ao Conselho de Ética.

Por que foi feita esta Representação? No dia 22, quando votamos aqui a autorização para que o Estado do Paraná, através da Copel faça a compra da Usina de Energia e Gás, a UEG de Araucária, o Deputado Barbosa Neto, da tribuna, fez uma acusação a todos os Deputados desta Casa, sem exceção. Está aqui nas notas taquigráficas, quando ele diz: *poderia citar aqui várias razões que foram enumeradas e apontadas, mas nenhuma palavra, nenhuma colocação vai demover os Deputados dos interesses escusos que estão por trás dessa negociata que está sendo feita na tarde de hoje.* Não tem interesses escusos, pelo menos, não tenho conhecimento. Não é negociata a compra da UEG. Aqui foi esclarecido por inúmeras vezes. Eu mesmo tive a oportunidade de mostrar que, naquele momento, é o melhor negócio para o Paraná.

O melhor negócio seria não ter que comprar a UEG, não ter o contrato assinado pelo então Governador Jaime Lerner, mas está aí, é uma realidade e eu ainda mostrei que tínhamos as opções: ou mantemos o contrato e o Paraná pagará em vinte anos, quatro bilhões e quinhentos milhões, ou espera a decisão do Tribunal que pode dar uma perda e o Estado pagar cerca de um bilhão, ou faz-se a negociação pelos 190 milhões de dólares, que representa dois anos, da negociação feita dos vinte, portanto, uma negociação vantajosa.

Não aceito onde diz que todos nós Deputados estamos em negociata. Não estamos e não há nenhum interesse escuso e, pedi e esperei pacientemente o Deputado que estava irritado, quando foi abordado pelo Deputado Rafael Greca numa Questão de Ordem, destemperado disse ele que não cabia a Questão de Ordem, quando tinha que ser V. Exa., Presidente Pedro Ivo, que exercia a Presidência, para dizer se caberia ou não a Questão de Ordem.

Esperei até o término da sua fala e, também nas notas taquigráficas está aqui a minha ponderação, depois que ele terminou, quando pedi a palavra, Pela Ordem, e disse:

(Lê):

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. consultasse o orador que ainda se encontra na tribuna, se ele gostaria de retirar a acusação aos Deputados desta Casa por um negócio ilícito. Caso contrário, requeiro a Comissão de Ética porque não aceito essa acusação.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não retiro nenhuma vírgula do que eu disse aqui, Sr. Presidente.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, requeiro uma Comissão de Ética. Se for preciso, faço um ofício, porque me senti ofendido e não aceito.

Está aqui agora a representação e agora sim, a imprensa ficando oficialmente sabendo, já que estou usando a tribuna. Não queria fazê-lo. Na minha representação cito os artigos que pedem aqui censura verbal ou escrita ao Deputado, porque entendo que o Deputado tem que se retratar para os colegas desta Casa.

Não é possível as acusações continuarem acontecendo. O país vive um momento de mudança dentro do Parlamento brasileiro hoje. Sabemos o que está acontecendo e até as cassações que estão ocorrendo. O povo brasileiro não aceita mais as inverdades, a falta de ética e, portanto, se ficarmos calados com uma acusação dessas, feita pelo Deputado Barbosa, esta Casa também está entrando no rol daqueles Parlamentos que têm alguma culpa no cartório. Eu não aceito. E por não aceitar, estou pedindo uma retratação do Deputado na Comissão de Ética. O Parlamento do Paraná tem que dar exemplo para o povo do Paraná e, só o faremos se mostrarmos aqui a nossa seriedade. Não basta ser ética, tem que parecer também ético.

Portanto, Sr. Presidente, não queria levar à imprensa, mas provocado que fui, estou aqui dizendo que dei entrada hoje. Espero que a Comissão de Ética faça o seu papel e peça uma retratação pública do Deputado Barbosa, para que esta Casa não fique jogada também aos quatro ventos, como Deputados com interesses escusos ou negociatas.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 157, 161, 169 e 179/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 153, 206 e 232/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 038/06.

Levanta-se a Sessão.

DIÁRIO Nº 058**49ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO**

Mesa Executiva	20
Presenças	20
Abertura da Sessão	20
Expediente:	
Representação ao Conselho de	
Ética e Decoro Parlamentar	20
Requerimentos	22
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	24
Discussão / Votação:	
Redação Final	24
1ª Discussão	24
Encerramento da Sessão	25

DIÁRIO Nº 058**49ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 49ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE MAIO DE 2006**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Chico Noroeste.

Presenças:

Às quinze horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor

Edson Praczyk, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, e Waldir Leite (38). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elza Correia, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Padre Paulo Campos e Vanderlei Iensen (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

Expediente:**Representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:**

**REPRESENTAÇÃO AO CONSELHO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Natálio Stica, Deputado Estadual, vem, com base nos artigos 253 e 254 do Regimento Interno desta Casa de Leis, representar ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado Estadual Barbosa Neto, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

I - Dos Fatos

Durante a Sessão do dia 22 de maio do corrente, durante a discussão da Comissão-Geral referente ao Projeto de Lei nº 193, Mensagem nº 31/06 de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo, por intermédio da Copel ou subsidiária integral desta, a assumir o controle (societário) da UEG Araucária Ltda, o Deputado Barbosa Neto proferiu a seguinte afirmação:

Poderia citar aqui, várias e várias razões que foram enumeradas e apontadas, mas nenhuma palavra,

nenhuma colocação vai demover os Deputados dos interesses escusos que estão por trás dessa negociata que está sendo feita na tarde de hoje.

Na ocasião, solicitei ao então Presidente, Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que consultasse o orador que se encontrava na tribuna se ele gostaria de retirar a acusação contra os Deputados desta Casa por um negócio ilícito.

Tendo o Deputado Barbosa Neto mantido tais afirmações, requeri uma Comissão de Ética, que reitero, no momento, por escrito.

II - Do Direito

O Regimento Interno desta Casa de Leis determina o seguinte:

Art. 157. O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou para a Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses.

Art. 237. No exercício do mandato, o Deputado atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos e ao contido nos artigos 73 e 74 deste Regimento e no disposto nos artigos seguintes.

Art. 245. A censura será verbal ou escrita.

§ 1º A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao Deputado que:

III - perturbar a ordem das sessões ou das reuniões.

§ 2º A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave couber ao Deputado que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembléia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro Parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes.

Diante de todo o exposto, reitero a representação feita, no dia 22 de maio do corrente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, contra o Deputado Barbosa Neto, juntando, inclusive, cópia das notas taquigráficas da mencionada Sessão.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) NATÁLIO STICA

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

*Antes do último inscrito, vamos colocar em votação o Requerimento nº 1265, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, solicitando a prorrogação da presente Sessão por duas horas. **Aprovado.***

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria registrar aqui a nossa frustração enquanto Parlamentar, por ver o comportamento de alguns Deputados. Confesso que até admirava quando não era Deputado nesta Casa, pela sua eloquência em defesa do patrimônio público, pela sua coerência nas suas atitudes, pela sua história dentro da política do Paraná. Infelizmente nos decepcionamos e essa desapontamento quero que fique registrado na tarde de hoje.

Estamos dando uma demonstração de antipatriotismo, uma demonstração de que estamos fazendo um péssimo negócio para o Estado do Paraná e quem vai pagar a conta é o povo do nosso Estado.

Concordo, e parabeno o Deputado Marcos Isfer pelas suas colocações. E é justamente isso que vai acabar acontecendo. Teremos, quem sabe já na próxima legislatura, que instaurar uma CPI para apurar as irregularidades cometidas quando da aprovação deste Plenário em comissão geral, da autorização para se adquirir a UEG de Araucária.

Quero ficar com a minha consciência tranqüila. Quero que fique registrado nos Anais desta Casa que, pelo menos, este Deputado vai votar contrariamente. Não me convenceram os argumentos que foram relatados.

Não podemos votar a toque de caixa um valor significativo de 1/20 do orçamento do Estado do Paraná, quando muitas dúvidas pairam sobre esse negócio.

É responsabilidade desta Casa, sim. Este Deputado, particularmente, não vai dar esse cheque em branco ao Governo.

Quero estar com a minha consciência tranqüila. Somos julgados o tempo todo pela população. Somos escrachados nas páginas dos jornais, com opiniões que denigrem a imagem dos políticos, generalizando.

Temos que ser diferentes! Não podemos dar razão à maioria do eleitorado paranaense! Temos que fazer diferente!

Existem pareceres contrários que foram relatados na CPI da Copel apontando irregularidades, inadequações e até agora não foi feita nenhuma alteração técnica para suprir essas deficiências levantadas. Por que do dia para noite, vamos desconsiderar tudo isso para votar favoravelmente à transformação de comissão geral para aprovar, a toque de caixa, essa autorização? Infelizmente não adianta: autorização da Assembléia ou autorização da Aneel não nos exime da responsabilidade, pelo menos moral, para derrubarmos isso tudo, neste momento.

Não me convencem esses argumentos. Aqueles Deputados que têm mais conhecimento do que o Deputado Barbosa Neto, poderiam, neste momento, posicionarem-se, se forem patriotas, se tivessem compromisso com o interesse público, se respeitassem os impostos que são pagos pelo povo do Paraná.

Estranha-me dizer que este é o melhor negócio ou que este seja um bom negócio para o povo do Paraná.

Que fique registrada, mais uma vez, nos Anais desta Casa, a minha discordância.

Poderia citar, várias e várias razões que foram enumeradas e apontadas, mas nenhuma palavra, nenhuma colocação vai demover os Deputados dos interesses escusos que estão por trás dessa negociata que está sendo feita na tarde de hoje.

Quero deixar isso registrado para que seja cobrado depois; para que este discurso seja evocado no momento em que os escândalos aparecerem na imprensa. Será como foi o escândalo da venda da Copel; será como o escândalo da venda do Banestado; como os Jogos Mundiais da Natureza e outros tantos escândalos que a população do Estado do Paraná vai ter que pagar.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não admito Pela Ordem aqui! O senhor vai ter que me respeitar, Deputado! Tenho os meus dez minutos!

Não admito, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

O Deputado está encaminhando a votação.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Mais uma vez esse Deputado desrespeita aqui! O senhor teve o seu horário! Não existe motivo Pela Ordem, Sr. Presidente! O senhor faça valer aqui a sua condição. Que cite o artigo que ele requer Pela Ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Greca, gostaria que o senhor citasse um artigo.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O Deputado falta com o decoro. Quero saber quem ele está acusando de negociata.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Não cabe Pela Ordem, Deputado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Tenho meu direito, Deputado! O senhor vista a carapuça ou quem quer que seja! Estou fazendo, aqui, o meu encaminhamento! É regimental! Eu tenho esse direito. Não sou obrigado a concordar com V. Exas! Por favor, respeitem o meu ponto de vista!

Quero deixar registrada a minha discordância. Um negócio de 190 milhões de dólares, de 170 milhões de reais, no mínimo nebuloso, para não dizer aquilo que já afirmei e volto a frisar aqui.

Sou livre, tenho meu mandato e tenho a minha opinião. Ninguém vai calar a minha voz! Ninguém vai com-

prar o meu voto! Quero que isso fique registrado nos Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. consultasse o orador que ainda se encontra na tribuna, se ele gostaria de retirar a acusação aos Deputados desta Casa por um negócio ilícito.

Caso contrário, requeiro a Comissão de Ética, porque não aceito essa acusação.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Não retiro nenhuma vírgula do que eu disse aqui, Sr. Presidente!

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, requeiro uma Comissão de Ética. Se for preciso, faço um ofício, porque me senti ofendido e não aceito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

V. Exa. pode encaminhar um ofício à Mesa. V. Exa. tem o direito de encaminhar um ofício à mesa para ser analisado.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Encaminharei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está em votação o projeto.

Item nº 12 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 193/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº031/06.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, neste momento, quero dizer o seguinte: tomei aqui uma posição de votar a favor deste projeto...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Não cabe Pela Ordem, Deputado.

Gostaria que V. Exa. citasse o artigo então, para V. Exa. encaminhar pela ordem.

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 1326

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que a PEC 40/05, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri e apoiada por outros Srs. Deputados,

a) tenha sua tramitação regular,

b) e lhe seja dado regime de urgência,

c) interrompendo também a regular tramitação de outros projetos e/ou proposições no Plenário da Assembleia até que se tenha resolvido a presente matéria;

d) que seja marcada data para sua apreciação plenária.

É notório que a PEC 40/05 ainda subsiste já que não foi votada. O Plenário da Assembleia Legislativa examinou apenas o Substitutivo Geral do Relator, Deputado José Maria Ferreira, e que não foi aprovado, restando ainda o texto original para ser submetido ao Plenário da Assembleia Legislativa.

Justifica-se de todo o pedido, tanto com base no texto constitucional, como da legislação e jurisprudência sobre a matéria:

Da lavra do nobre professor Romeu Bacellar, autor de livros e titular da cadeira de Direito Administrativo na Universidade Federal do Paraná, a presente Emenda pode ter sua tramitação regular e nesta legislatura, tendo em vista que a PEC 40/05, em sua versão original ainda não foi votada, não afrontando o disposto no artigo 60, parágrafo 5º da Constituição Federal de 1988.

No que se refere à constitucionalidade, o preenchimento do requisito exigido pelo inciso I do artigo 60 da Constituição Federal é inequívoco. Não ocorrem as hipóteses impeditivas previstas no parágrafo 1º do supracitado artigo, tampouco se observa ofensa a qualquer das cláusulas pétreas arroladas no parágrafo 4º no mesmo artigo 60.

Melhor reflexão demanda a verificação de adequação da proposição ao parágrafo 5º do artigo 60 do Texto Constitucional, que reza: *a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa*.

Do Supremo Tribunal Federal extraímos:

Volto ao tema da rejeição do substitutivo, para dizer que tal rejeição não tem como consequência a rejeição da proposta de emenda. Uma coisa é diferente de outra. A proposta de emenda constitucional somente pode ser apresentada por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, pelo Presidente da República ou por mais da metade das Assembleias Legislativas (C.F., artigo 60, I, II, III). Ora, o substitutivo é apresentado apenas por um parlamentar. Isto mostra que uma (a proposta de emenda) e outro (o substitutivo) diferem. E mais: o que a Constituição impede é que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada possa ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa (C.F., artigo 60, parágrafo 5º). Refere-se a Constituição, portanto, à matéria constante de proposta de emenda e não à matéria constante de substitutivo (MS 22.503-3/DF, fls. 539, Min. Carlos Veloso).

O Ministro Celso de Mello, de sua feita, consignou:

Entendo, por isso mesmo, Sr. Presidente, que não se registrou, no caso, a hipótese versada no artigo 60,

parágrafo 5º, da Constituição, eis que incorreu, na espécie em exame, qualquer violação a esse preceito da Carta Política, pois não se tratava, consoante enfatizado pela douta Procuradoria-Geral da República, “de nova proposta de emenda constitucional, mas sim da tramitação da mesma e única proposta apresentada, nos termos do artigo 60, inciso II, da Lei Maior, com apreciação das emendas regimentais apresentadas, segundo as regras do Regimento Interno da Câmara dos Deputados” - grifos do magistrado (MS 22.503-3/DF, fls. 544).

Por fim, arrematou o Ministro Sepúlveda Pertence, à época Presidente do STF:

Isto posto, resta-me a convicção, que veio ser também a do Tribunal, de que, efetivamente, a incidência do artigo 60, parágrafo 5º da Constituição pressupõe o encerramento do processo legislativo de apreciação de uma determina proposta de emenda constitucional. Friso: encerramento do processo relativo a determinada proposta de emenda constitucional, locução que tem significado técnico preciso na Lei Fundamental. Proposta de emenda à Constituição - ato inicial de um processo de emenda à Constituição - como resulta da cabeça do artigo 60, é reservada privativamente a um terço de cada uma das câmaras, ao Presidente da República ou à metade das Assembleias Legislativas. Tudo mais são emendas, são proposições acessórias à proposta, porque incidentes no processo de deliberação sobre a proposta de emenda constitucional.

Ora, é com esse mesmo rigor técnico que o artigo 60, parágrafo 5º, usa duas vezes a mesma palavra: “a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa (MS 22.503-3/DF, fls. 551 - grifos do magistrado).

Desta maneira, voltando ao caso concreto, a leitura adequada do parágrafo 5º do artigo 60 da Constituição Federal leva-nos à conclusão de que apenas a rejeição da PEC nº 67, de 2003 teria o condão de precluir processo legislativo de reforma previdenciária de similar envergadura e sentido. O mero aproveitamento de emendas - valendo-nos do jargão do Excelso Pretório - “regimentais”, em nova proposição, sem que a primeira tenha sido rejeitada ou declarada prejudicada, é recurso absolutamente lícito e apropriado para o equacionamento dos fins retromencionados, que, por injunções políticas, se apresentam em antagonismo direto.

Sala das Sessões, em 24.05.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 38 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, representação ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, subscrita pelo Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente, que com base nos artigos 253 e 254 do Regimento Interno desta Casa de Leis, vem representar ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar contra o Deputado Estadual Barbosa Neto, pelas razões de fato e de direito, conforme documento. **Recebido; Protocole-se; Encaminhe-se ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.**

Requerimento nº 1326, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente, solicitando providência referente à PEC nº 40/05 - Proposta de Emenda Parlamentar, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e apoiada por outros Srs. Deputados. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 157/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, doando imóvel ao município de Maringá para o funcionamento de Centro de Capacitação em Artes Plásticas. **(Publ. no DA nº 024/06, de 03.04.06).**

Em discussão.

Em votação.

Aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente!

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Trinta Srs. Deputados estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Há quórum para votação. Será feita a verificação de votação. Solicito aos Srs. Deputados que tomem o seu lugar para que façamos a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. Está **aprovado**.

Srs. Deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se.

São 29 favoráveis e um contrário.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 161/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 022/06, autorizando o Poder Executivo efetuar cessão de uso de imóvel ao município de Bituruna, Colônia Santa Bárbara. (Construção Escola Santa Bárbara). **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/06, de 03.04.06, em Mensagem).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 169/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/06, autorizando o Poder Executivo doar ao município de Cruzeiro do Oeste, o imóvel conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/06, de 04.04.06, em Mensagem).**

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Gostaria de anunciar a presença da nossa Deputada Federal Clair da Flora Martins.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas à nossa Parlamentar Federal, do Partido dos Trabalhadores.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 179/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, autorizando o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que atravessa os municípios de Corbélia e Cascavel, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 028/06, de 10.04.06, em Mensagem).**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/06, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Caravagio, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 024 /06, de 03/04/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 024/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores

da Linha Caravagio, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Srs. Deputados que aprovam o projeto queriam levantar-se.

Solicito à 1ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin, que faça a contagem. Vinte e três aprovam.

Não há quórum para o prosseguimento da Sessão.

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 169 e 179/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 434/05; 197 e 238/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 153, 206 e 232/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 038/06.

Levanta-se a Sessão.

